

ANEXO X - TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ACESSO

1. IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE ACESSO			
() 1.1. Acesso à Rede (Login)	Tipo da Solicitação: () INCLUSÃO () ALTERAÇÃO () NOVA SENHA () REATIVAÇÃO DE LOGIN		
	Assinalar qual a rede quer realizar LOGIN: () MTE () MPS		
() 1.2. Acesso à Pasta em Rede	LEGENDA PARA PREENCHIMENTO DO NÍVEL DE ACESSO: LEITURA (de arquivos e pastas) ESCRITA (gravação, alteração e criação de arquivos e pastas)		
	ENDEREÇO DAS PASTAS A SEREM ACESSADAS:	NÍVEL DE ACESSO:	REDE:
		() LEITURA () ESCRITA	() MTE () MPS
		() LEITURA () ESCRITA	() MTE () MPS
() 1.3 Acesso ao e- mail	Tipo da Solicitação: () INCLUSÃO () ALTERAÇÃO () NOVA SENHA () REATIVAÇÃO DE E-MAIL		
() 1.4. VPN	Assinalar qual a rede quer realizar acesso VPN: () MTE () MPS		
() 1.5. Computação em Nuvem	() Liberar acesso para organização de arquivos em nuvem OneDrive, MICROSOFT. Abaixo, identificar nuvem e justificar a necessidade institucional de utilizar a que não seja autorizada pelo Órgão:		

2. Nº DO CHAMADO (SÓ SERÁ ACEITO UM CHAMADO PARA CADA SOLICITAÇÃO.

3. IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE	
COLABORADOR	
3.6. Nome completo	
3.7. CPF	
3.8. Cargo	
3.9. Nº/Ano Contrato	
3.10. Empresa	
3.11. E-mail	

4. DADOS COMPLEMENTARES	
4.1. Unidade de lotação	
4.2. Sigla da Unidade	
4.3. Telefone (Informar com DDD)	
4.4. Nome da estação de trabalho	
4.5. Endereço IP	

4.6. Nº do patrimônio	
4.7. Observação	

5. IDENTIFICAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA

5.1. Nome completo		5.2. CPF:	
5.3. SIAPE		5.4. Cargo	
5.5. Email		5.3. Telefone (Informar com DDD)	

6. INDICAÇÃO OBRIGATÓRIA DAS JUSTIFICATIVAS PARA ACESSO VPN (Opção: 1.4. VPN)

Diante da criticidade quanto à segurança da informação e gestão da capacidade no fornecimento deste acesso, requer a indicação formal para liberação deste tipo de solicitação. Como por exemplo, dentre outras situações semelhantes, acesso a sistemas corporativos, que sejam executados apenas na rede local do Órgão. Uma vez que, para demais atividades, há ferramentas da MICROSOFT, adquiridas e homologadas pelo próprio Ministério, que podem ser executadas online. Tais como: Outlook, TEAMS, OneDrive (serve para organizar as pastas compartilhadas), dentre outras. Além do SEI e o próprio Portal de Atendimento da DTI. O que permitem a continuidade das atividades remotas, sem necessariamente ser apenas via VPN, que não é sinônimo de Home Office. Caso seja ainda necessário tal acesso, deverá ser informada a justificativa abaixo, o solicitante se compromete quanto à segurança da informação (em seu local remoto) e atestará, também, além dos demais requisitos para acesso requeridos neste documento, no compromisso de responsabilidade adiante.

7. INDICAÇÃO OBRIGATÓRIA DAS JUSTIFICATIVAS PARA ACESSO (Instrumento normativo, atribuições e outros)

Conforme caso, relacionar Instrumentos Normativos, Portarias (nº, data DOU), atribuições no cargo ou outras situações:

8. TERMO DE RESPONSABILIDADE DO SOLICITANTE INDICADO NO CAMPO 3

Pelo presente termo, como solicitante de acesso ao ambiente informatizado do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), responsabilizo-me a:

1. Não revelar minha senha de acesso e tomar todas as cautelas para que esta permaneça apenas sob meu conhecimento;
2. Zelar pela guarda na utilização de senha e evitar emprestá-la a outro usuário, ainda que habilitado, sob pena de responsabilidade penal e civil, e de outras infrações disciplinares, enquadrando-se tal negligência em falta de zelo e dedicação às atribuições do cargo. Além de descumprimento de normas legais e regulamentares;
3. Alterar minha senha, sempre que obrigatório ou diante de descoberta por terceiros. Construir a mesma não usando combinações simples ou que possam ser facilmente descobertas, seguindo orientações de segurança pertinentes;
4. Respeitar os instrumentos legais, políticas e normas, relativas à segurança da informação, do Órgão e Governo Federal;

5. Respeitar e não burlar as restrições de segurança das aplicações e sistemas computacionais;
6. Cumprir as boas práticas e diretrizes de segurança da informação, bem como, alertas e comunicações referentes ao tema;
7. Responder, em todas as instâncias, pelas consequências das ações ou omissões de minha parte, que possam pôr em risco ou comprometer segurança, a exclusividade de conhecimento de minha senha ou das transações a que tenha acesso;
8. Responsabilizar-me pela disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados e informações contidas nos sistemas, devendo comunicar por escrito a minha chefia imediata sobre quaisquer indícios ou possibilidades de irregularidades, de desvios ou falhas identificadas nos sistemas, estando consciente de que é proibida a exploração de falhas ou vulnerabilidades porventura existentes;
9. Não revelar fora do âmbito profissional fato ou informação sigilosa de que tenha conhecimento por força de minhas atribuições, salvo em decorrência de decisão judicial;
10. Não me ausentar da estação de trabalho, sem bloqueá-la ou encerrar a sessão de uso do sistema, impossibilitando assim o acesso indevido por terceiros. Nem deixar acesso possível a terceiros não autorizados na referida estação;
11. Manter a necessária cautela, ao utilizar os dados dos sistemas informatizados de acesso restrito, evitando exibição de dados em tela, impressora ou na gravação em meios eletrônicos, a fim de evitar exposição para pessoas não autorizadas. Constituirá descumprimento de normas legais, regulamentares e quebra de sigilo funcional divulgar dados obtidos dos sistemas aos quais tenho acesso para pessoas não envolvidas nos trabalhos executados.

Em relação aos acessos remotos, via VPN e/ou outros canais, declaro ainda que é de minha responsabilidade e ciência:

1. A segurança dos dados no(s) equipamento(s) que sejam conectados por mim à rede deste Ministério;
2. Quaisquer incidentes de segurança gerados ativa ou passivamente pelo equipamento por mim ligado à rede deste Ministério;
3. Saber que a utilização de programas de troca ou download de arquivos do tipo P2P ou Mensageria entre outros do tipo poderá comprometer o desempenho ou a segurança da informação e comunicação da rede deste Ministério, o que acarretará no cancelamento permanente do acesso sem aviso prévio;
4. O uso de sistema operacional atualizado, bem como antivírus e firewall pessoal, para a utilização do serviço de acesso remoto, não cabendo ao Ministério nenhuma atividade de suporte dos mesmos;
5. Não seguir as orientações e normas de segurança quanto ao uso deste tipo de acesso;

6. Não manter as condições de segurança do(s) equipamento(s) utilizados, como acessar páginas vedadas ou não relacionadas às atividades corporativas. As regras de uso devem ser as mesmas que as do ambiente presencial;

7. Que o referido acesso será interrompido tão logo cessem as necessidades de sua concessão, tendo renovação trimestral e sendo necessário novo requerimento com justificativas para sua manutenção. Excetuando-se os casos da natureza laboral institucionalizada que justifique, onde requer os procedimentos rotineiros de troca de senha;

8. Notificar a DTI qualquer violação das medidas de proteção do equipamento, software e das informações sob meu conhecimento.

Estou ciente que:

1. O mero requerimento deste formulário não significa liberação imediata do acesso, conforme resguardado nas normas legais de segurança, serão averiguados os requisitos pelas áreas técnicas responsáveis na DTI;

2. Em caso de impactos e riscos potenciais identificados durante o acesso liberado, em relação a infraestrutura e aplicações, o mesmo será revogado de imediato. Conforme determinam as normas legais relacionadas a este ato.

Por fim, declaro ainda estar ciente, dentre outras normas, do Código Penal (reitera-se os arts 154-A, 218-C, 313-A e 313-B), das Leis nº 8.112/1990, 12.527/2011 (LAI), 13.709/2018 (LGPD), Código Ética, dentre outros instrumentos normativos relacionados, e da vedação de compartilhamento do acesso para usuários não autorizados. Ter ainda conhecimento da Política de Segurança da Informação do MTE (PoSIC/MTE), da necessidade da assinatura neste documento: Capítulo IV, Art. 14º *Pessoas e sistemas devem ter o menor privilégio e o mínimo acesso aos recursos necessários para realizar uma dada tarefa. § 1º É condição para acesso aos recursos de tecnologia da informação do Órgão a assinatura de Termo de Responsabilidade, contendo ciência aos termos desta Política, as responsabilidades e compromissos em decorrência deste acesso e penalidades cabíveis pela inobservância das regras previstas nas normas de segurança da informação do Ministério.* Comprometo-me a responder em todas as instâncias devidas pelas consequências decorrentes de ações ou omissões de minha parte que possam pôr em risco ou comprometer a exclusividade do meu acesso nas quais estarei habilitado a partir da data da liberação formal do acesso pela DTI.

Desta forma, pactuo neste Termo de Responsabilidade, comprometendo-me a respeitá-lo e cumpri-lo, plena e integralmente, além de manter sempre verossímeis os dados de instituição e de minha área de competência

9. TERMO DE RESPONSABILIDADE DA CHEFIA IMEDIATA INDICADA NO CAMPO 5

Declaro, nesta data, ter ciência, com responsabilidade pela liberação do ato e não pelo acesso do solicitante que deve prestar o respectivo compromisso nos campos próprios deste documento, conforme regula a PoSIC/MTE. Estou de acordo com todas as disposições acima descritos, comprometendo-me a zelar pelo respeito e cumprimento de forma plena e integral, além de manter sempre verossímeis os dados informados, comunicar as situações que gerem riscos à

segurança da informação e descumprimento das disposições pactuadas neste documento. Bem como, autorizo o acesso requerido, confirmo as justificativas e informações prestadas pelo solicitante. Ao liberar o acesso ao serviço acima citado, ao usuário indicado, declaro estar ciente das implicações que o acesso ao serviço poderá acarretar à segurança da informação deste Ministério.

10. TODAS AS ASSINATURAS SÃO OBRIGATÓRIAS PARA ANÁLISE DA LIBERAÇÃO DO ACESSO

(A falta destas assinaturas configura inobservância da PoSIC e Lei 8112/90, principalmente, do Art. 116, inciso III)

Brasília, XXXX de XXXXXX de 202X.

Documento assinado eletronicamente

Nome do Solicitante

Cargo do Solicitante

De acordo da Chefia Imediata,

Documento assinado eletronicamente

Nome da Chefia Imediata

Cargo da Chefia Imediata